



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000065 -

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 02/2021

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Boquim/SE, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 004/2021, de 04 de janeiro de 2021, vem apresentar Justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação de empresa especializada em serviços de digitalização dos documentos do acervo municipal, indexação e gerenciamento eletrônico de documentos através de sistema de busca via web e em mídia digital, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, esta Prefeitura traz aos autos do sobredito processo peça fundamental: Proposta de Serviços e documentação jurídica e técnica necessários daquela empresa.

A Prefeitura coleciona, ainda, aos autos, outros elementos, a exemplo da documentação, que se constituem no processo em si.

Instada a se manifestar, esta Comissão Permanente de Licitação vem apresentar justificativa de dispensa de licitação *sub examine*, o que faz nos seguintes termos:


A Lei nº 8.666/93, art. 24, II dispõe, *in verbis*:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

Em seguida, o mesmo diploma legal estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação (*ex vi* do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93); Ei-las:

- 1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante;
 - 2 - Justificativa do preço.
- 

Sabe-se que esta Prefeitura, por força da sua natureza jurídica, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que esta Comissão Permanente de Licitação demonstrará a situação de dispensa de licitação que ora se apresenta.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

Por fim, não finalmente, vencidos os requisitos necessários para uma contratação direta nos moldes do art. 24, II da Lei nº 8.666/93, constando-se, ainda, que o preço contratual está dentro do praticado no mercado (**notas ou contratos de outros serviços prestados com outros órgãos**), reforçando, destarte, a possibilidade da dispensa de licitação, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação:



000066-7

1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante - A escolha da empresa AGSISTEMA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA – EPP não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ele enquadra-se, perfeitamente, nos dispositivos enumerados na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta. E não somente por isso; é experiente, capacitada e gabaritada para o serviço pretendido, que é de interesse público e visando à realização do bem comum, com ampla experiência, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se pretende contratar, além de ser o que atende melhor os interesses da Administração Pública, porque mais completo na oferta de serviços sendo, desta forma, indiscutivelmente, o mais indicado.

2 - Justificativa do preço – Os preços apresentados estão de acordo com os preços de mercado conforme pesquisa realizada pelo setor financeiro da secretaria de Administração. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem prestados encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis conforme serviços anteriores fora e nesta esfera.

Ex posistis, entendemos que a situação aqui descrita configura-se hipótese de dispensa de licitação, como sustentado anteriormente, ensejando a contratação direta dos serviços da Proponente – AGSISTEMA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA – EPP – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi* do art. 24, II, c/c art. 26, todos da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

Portanto, resta claro que, atendidos os requisitos postos em Lei, a contratação mediante dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, pode ser efetivada, mesmo comprovada a viabilidade de competição, haja vista o atendimento de princípios constitucionais outros tão importantes quanto o da isonomia, além do interesse público, fim único de toda atividade administrativa!

Reponta extreme de dúvidas, portanto, que a situação que se nos apresenta, conforme aqui intensiva e extensivamente demonstrada é, tipicamente, de Dispensa de Licitação.

Finalmente, porém não menos importante, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

Considerando o Princípio da Publicidade dos atos da Administração Pública;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, da Lei Complementar nº 131/2009 – Lei da Transparência e da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.682/2012, dentre outras;

Considerando, ainda, a necessidade do cumprimento do princípio da publicidade e da transparência da gestão fiscal, exigidos na Constituição Federal, nos termos do inc. XIV, do art. 5º, no caput, do art. 37, no art. 220, todos da CF/88, Lei nº 12.527/2011, Lei Complementar nº 131/09, Lei nº 8.159/91 c/c as disposições da MP 2.200-2/2001, aprovada pelo art.2º da Emenda Constitucional nº 32/2001 e Lei Federal nº 12.682/2012, buscando o aperfeiçoamento e o desenvolvimento institucional da municipalidade, com vistas à modernização e eficientização da administração pública;

Considerando, por último, que a contratação de Instituição para locação de software SAI – Sistema de Acesso a Informação, contendo os MÓDULOS: AGPORTAL, AGDOC – INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS – 3000 MIL PROCESSO DE DESPESA E 300 PROCESSO DE LICITAÇÕES, é de interesse público e visa à realização do bem comum e essa melhoria se refletirá na



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

000067

sociedade, através da gestão efetivamente pública, eficiente e transparente e, nesse diapasão, é-se permitido ao administrador afastar-se da licitação, mediante a relevância do interesse público, do bem comum e da altivez dos bens aqui tutelados é que entendemos ser dispensada a licitação.

Perfaz a presente dispensa o valor global de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) até 01 de junho de 2022, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- Unidade Orçamentária: 1103 Secretaria Municipal de Administração e Finanças
- Atividade: 2007 Manutenção da Secretaria
- Classificação Econômica: 3390.40.0000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídico.
- Fonte de Recursos: 1001.0000 recursos Ordinários

Ao Ilustríssimo Senhor Prefeito Municipal, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica susoaludida.

Boquim/SE, 21 de maio de 2021.


CARLOS EDUARDO ÁVILA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE CPL/PMB


EDVALDO ROCHA DA SILVA
MEMBRO


MARILENE ALMEIDA DE MENEZES
MEMBRO


VALÉRIA DOS SANTOS RODRIGUES
MEMBRO

Ratifico a presente justificativa. Publique-se, providencie-se o contrato.

Boquim/SE, 21/05/2021.


ERALDO DE ANDRADE SANTOS
Prefeito Municipal